

SAUL KRIPKE 80 ANOS: UMA NOVA PERSPECTIVA PARA A ATIVIDADE FILOSÓFICA*

SAUL KRIPKE 80 YEARS OLD: A NEW PERSPECTIVE FOR PHILOSOPHICAL ACTIVITY

Crysman Dutra**

RESUMO

Em 2020, mais precisamente em novembro de 2020, o renomado filósofo estadunidense Saul Aaron Kripke completou 80 anos. Dotado de vasta erudição, de um rigor genial e uma profundidade didática excepcional, Kripke é um dos maiores filósofos da atualidade, e isso fica explícito ao longo de palestras. Essa breve e superficial exposição visa apenas elucidar sumariamente alguns pontos revolucionários presentes em *Naming and Necessity*. Este artigo entrou em estágio embrionário pouco antes de as autoridades de saúde anunciarem o início da pandemia da COVID-19, com Kripke entre nós. Infelizmente, ele nos deixou em setembro de 2022, aos 81 anos. Este artigo investiga o pensamento de Saul Kripke, com foco em sua crítica às concepções descritivistas da filosofia da linguagem de Bertrand Russell e Frege. Exploraremos a introdução de Kripke à lógica modal e a análise do conceito de designador rígido. A importância da teoria causal da referência no escopo da concepção de Kripke será elucidada, destacando os resultados de sua metafísica modal para a epistemologia e a metafísica, particularmente em relação aos conceitos de necessidade e *a priori*, superando as ideias de Hume e Kant***.

PALAVRAS-CHAVE: Kripke, epistemologia, semântica, ciência.

ABSTRACT

In 2020, more precisely in November 2020, there now ned American philosopher Saul Aaron Kripke turned 80 years old. Gifted with vast erudition, brilliant rigor and exceptional didactic depth, Kripke is one of the greatest philosophers of our time, and this is made clear through out these lectures. This briefand superficial exposition aims only to briefly elucidate some revolutionary points present in *Naming and Necessity*. This article entered its embryonic tage shortly before he althauthorities announced the start of the COVID-19 pandemic, with Kripke among us. Unfortunately, he left us in September 2022, at the age of 81. This article, therefore, investigates the thought of Saul Kripke, focusing on his criticism of the descriptivist conceptions of the philosophy of language of Bertrand Russell and Frege. We will explore Kripke's introduction to modal logic and analysis of the concept of rigid designator. The importance of the causal theory of reference in the scope of Kripke's conception will be elucidated, highlighting there sults of his modal metaphysics for epistemology and metaphysics, particularly in relation to the concepts of necessity and a priori, surpassing the ideas of Hume and Kant.

KEYWORDS: Kripke, epistemology, semantics, science.

* Artigo recebido em 03/04/2024 e aprovado para publicação em 20/06/2024.

** Mestre em Filosofia pela UFMG e graduado em Filosofia pela FAJE. E-mail: crysman1@hotmail.com

*** Originalmente este artigo começou a ser redigido no primeiro semestre de 2020. Porém, ele foi momentaneamente deixado de lado em virtude de outros compromissos, somente em 2022 foi submetido para a publicação. Trata-se de uma singela tentativa, deste assumido admirador, de prestar homenagem a Kripke que, com suas ideias, alteraram radicalmente as minhas concepções a respeito da ontologia e epistemologia científica.

INTRODUÇÃO

Os debates sobre a metafísica perderam respeito entre os filósofos analíticos, sobretudo em função das ideias legadas pelos positivistas lógicos, em especial Rudolf Carnap. Embora essas críticas sejam, sem dúvida, pertinentes e razoáveis, podemos delimitar dois tipos de metafísica: uma de cunho existencialista-fenomenológico que parece proclamar disparates; e outra metafísica, como uma área da filosofia responsável por identificar e distinguir os aspectos essenciais (necessários) e acidentais (contingentes) dos objetos, entidades e propriedades existentes. Não é à toa que Stephen Schwartz (2017) demonstra que as ideias semânticas e metafísicas formuladas por Kripke permitiram reabilitar o segundo tipo de pensamento metafísico, como um movimento de retorno às ideias de Aristóteles; porém, à luz das descobertas científicas e sem implicar na doutrina das quatro causas aristotélicas. A seguir, vamos visualizar como Kripke magistralmente conseguiu essa façanha. Em 2019 completaram-se 50 anos das palestras proferidas em Princeton, cuja compilação rendeu o instigante livro *Naming and necessity*, que, em minha opinião, constitui a obra mais revolucionária da filosofia analítica dos últimos anos. Nela, Kripke leva a cabo uma minuciosa investigação acerca de vários campos filosóficos, tratando de metafísica, lógica modal, filosofia da linguagem, filosofia da ciência, epistemologia e de filosofia da mente. Veremos alguma dessas proezas.

1 A FILOSOFIA DA LINGUAGEM: O DESCRITIVISMO DE FREGE-RUSSELL

A concepção canônica da filosofia da linguagem até então estava sujeita a duas teorias fundamentais que, conjuntamente, pertenciam a um escopo de caráter descritivista, ambas promovidas por Frege (1848-1925) e Russell (1872-1970). Para entender o núcleo das ideias de Kripke é preciso, antes, recapitular as propostas de Frege e Russell.

A teoria da linguagem e do significado de Frege requer que os nomes próprios disponham de dois ingredientes importantes para que seja constatado o seu valor de verdade. São eles: o sentido (*Sinn*), que exprime a crença e o pensamento que reportam ao nome; e a referência (*Bedeutung*), que se vincula ao objeto que satisfaz o valor de verdade propriamente dito.

Frege (2009, p. 131) entende o sentido como um item subjacente ao nome próprio; já a referência é denominada para remeter ao objeto que preenche corretamente a descrição da

expressão. Exemplos de nomes dotados de sentido e referência numa sentença longa são expressos em frases adjetivas, substantivas, ou ainda, em argumentos compostos de premissas subordinadas que exprimem inferências. Cada caso específico não será abordado aqui¹.

O que parece consistir na peça-chave para a semântica de Frege diz respeito ao conteúdo proposicional, ou em sentido técnico adotado pelo vocabulário freguiano, o sentido de um nome. Assim, embora a “estrela da manhã” e a “estrela da tarde” compartilhem o mesmo referente – a saber, o planeta Vênus – ambas são sentenças com sentidos diferentes.

No famoso artigo de 1905, *On denoting*, Russell se propõe a reformar os princípios básicos de Frege. Nesse texto, ele constrói a teoria das descrições definidas, ligada a um intuito maior da epistemologia de Russell, que estabelecia a diferença acerca de conhecimento por familiaridade e conhecimento por descrição (Russell, 1905). Ademais, Russell produz um teorema de quantificação para lidar com proposições sem violar os princípios da lógica, como o terceiro excluído. Outro aspecto vital do artigo é o seu esquema técnico, em especial por ampliar o escopo da lógica proposicional até atingir um refinamento simbólico.

O artigo de Russell certamente oferece uma explicação razoável a respeito do nosso conhecimento daquilo que não dispomos de contato direto. Grosso modo, o conceito de descrição definida prega que existe um único objeto que é identificado a partir de um conjunto de descrição a ele indexada, enunciada pela seguinte paráfrase: “Existe um x e um só x que fez F , tal que $F(x)$ ”. No qual (x) representa a variável, enquanto F a função.

Portanto, um nome fictício não apresenta denotação, pois não possui um objeto que seja o referente de seu sentido. Assim, a descrição definida “O rei da França é careca”, é evidentemente carente de um referente, visto que a França atualmente não é uma monarquia e, portanto, não existe ninguém que satisfaça à descrição definida “rei da França”. A análise de Russell é, obviamente, mais esquemática. Em vez de falar sobre sujeito e predicado, menciona de modo permutativo as noções de função e argumento – Ora, se não existe um único (x) que corresponda a F , sendo F careca e (x) o rei da França. Desse modo, Russell sugere que a sua teoria consegue lidar de maneira razoável ao aplicar a lei lógica do terceiro excluído a conjuntos vazios.

Segundo Russell, os nomes constituem a abreviação de uma descrição definida, de modo que é plenamente possível substituir um nome próprio pela descrição definida que o

¹ Os detalhes técnicos do programa logicista de Frege são muito mais complexos. No entanto, eles serão deixados de lado. Esses pormenores podem ser consultados, de modo acessível, em dois dos melhores artigos de Frege (2009) *Conceitografia e Sobre o sentido e a referência*.

acompanha sem alterar o conteúdo cognitivo expresso pelo nome. Por exemplo, “o autor de Dom Casmurro” ou “Machado de Assis” são expressões que podem ser permutáveis sem perder o seu conteúdo cognitivo.

Desse modo, existe um nome próprio e um feixe de descrições que o acompanha. Isso é o que permite associar uma descrição definida ao objeto que, supostamente, satisfaz essas condições descritivas por via das informações disponíveis acerca de um determinado objeto.

Mais recentemente, John Searle (1958) se empenhou em aprimorar a acuidade da teoria descritivista da filosofia da linguagem. Ao invés de remeter a uma única descrição definida e associá-la ao objeto que satisfaz o predicado, Searle propõe empregar um feixe ou um conjunto de descrições para o nome próprio. Ele presume que essa tática pode acrescentar novas informações àquilo que nem todos sabem a respeito do objeto. Talvez alguém, por exemplo, possa não saber que o autor de “Dom Casmurro” seja o mesmo autor de “Memórias Póstumas de Brás Cubas”. Essa perspectiva de Searle é também contaminada pelos mesmos impasses presentes em Frege-Russell. Porém, não nos enfocaremos nela.

A tese descritivista conta com a vantagem de garantir a preservação de verdade e de identidade para termos ortograficamente diferentes, mas semanticamente idênticos (Kripke, 1980, p. 28), dotados da mesma referência, como poderia ser o caso de “Scott” e “o autor de Waverley” (Russell, 1905, p. 483).

Além disso, o descritivismo consegue fornecer uma explicação plausível sobre como lidamos com informações que extrapolam o nosso limite espaço-temporal, o que permite falar sobre Aristóteles e Alexandre Magno sem dispor de qualquer contato direto com eles. Em virtude de sua harmonia lógica e utilidade performativa, a concepção descritivista durante muito tempo foi empregada sem grandes objeções. Tanto Frege-Russell quanto Searle são elucidativos quando tratamos do estado atual das coisas. Contudo, ao se falar em modalidade, essa visão parece um tanto quanto limitada.

2 A REJEIÇÃO DA CONCEPÇÃO DESCRITIVISTA

De acordo com Kripke, há dois modos de encarar a teoria descritivista dos nomes próprios ou conceitos-feixe de Frege e Russell. A primeira consiste em afirmar que o feixe de descrições garante o fornecimento do significado e sentido de um nome próprio. A rigor, quando alguém invoca um nome próprio como Sócrates, quer dizer o homem que fez tal, tal e tal. Essa abordagem funciona como uma espécie de sinonímia entre termos (Kripke, 1980, p.

32). A segunda maneira de considerar a teoria descritivista diz respeito à referência de um nome. Assim, Héspero e Fósforo são nomes empregados para designar o mesmo referente.

Kripke, entretanto, oferece uma contestação à teoria descritivista Frege-Russell. Tal como Mill, ele se opõe ao modelo descritivista e advoga em prol de uma versão específica das teorias da referência direta. Mas antes de compreender a proposta de Kripke, é imprescindível ter em mente as razões que o levaram a desaprovar o cerne da teoria Frege-Russell.

No *Naming and necessity*, ele se propõe a apresentar contraexemplos que exponham a fragilidade do descritivismo no tratamento a certos contextos modais. Dentre os quais, quatro são mais evidentes. São eles:

A) Circularidade do sentido: ao conceder que o nome Einstein significa o homem que descobriu a teoria da relatividade, é como se disséssemos que Einstein descobriu a relatividade ou a teoria da relatividade foi descoberta por Einstein. Ou ainda, que Einstein foi o homem que descobriu aquilo que descobriu.

B) Ambiguidade da referência: dado o sentido do nome Kepler, é possível obter a seguinte: “o homem que descobriu as órbitas elípticas do sistema planetário”. Mas vamos, a exercício de especulação modal, imaginar que na verdade essa proeza coube a Tycho Brahe. Kepler era um habilidoso matemático, e Brahe fazia engenhosas observações. Reza uma lenda que Kepler, após assassinar Brahe, furtou os registros de suas observações sistemáticas, nas quais as órbitas celestes não eram círculos concêntricos, mas antes, elipses. Somente em posse de tais dados é que Kepler conseguiu explicar a paralaxe das estrelas e, conseqüentemente, formular as equações do movimento planetário. Diante disso, “o homem que descobriu as órbitas elípticas do sistema planetário” não se referiria a Kepler, mas sim a Brahe. Assim, toda vez que usássemos essa descrição definida, estaríamos a nomear Brahe, apesar de acreditarmos ter sido Kepler².

C) A redundância tautológica propiciada pelo significado: um dos muitos sentidos do nome Aristóteles é “o aluno de Platão”. Ser aluno de Platão não fornece o sentido efetivo do nome Aristóteles, visto que Aristóteles poderia não ter sido aluno de Platão. Na semântica dos mundos possíveis de Kripke, que veremos adiante, é um fato verdadeiro em algumas circunstâncias que Aristóteles seja aluno de Platão, mas não em todos os mundos possíveis (Miller, 2010, p. 62-67).

² Devo esse exemplo histórico às aulas de filosofia da ciência do meu professor e orientador de mestrado, Túlio Aguiar, que certa vez narrou essa lenda a respeito da relação entre Brahe e Kepler.

D) A quantidade do feixe de descrições: ora, quantas descrições de propriedades são necessárias e suficientes para estipular o significado de um nome e de um termo geral? Em outras palavras, quantas informações é preciso enumerar sobre Aristóteles para usar com precisão o seu nome? Preciso saber se ele é o autor da *Metafísica*?; se foi aluno de Platão e professor de Alexandre?; que fundou o Liceu?; se foi o pioneiro da taxonomia dos seres vivos? Isso seria ainda suficiente para saber usar e referir corretamente Aristóteles?

Esses contraexemplos evidenciam alguns impasses da concepção Frege-Russell. Kripke não pretende fornecer uma explicação despida de lacunas, mas que, ao pressupor uma semântica modal, pode ao menos se desviar de tais problemas³. São justamente esses inconvenientes que Kripke quer combater. Apurar essas peculiaridades não é o nosso propósito neste singelo trabalho, visto que suscitaria uma longa discussão, mais bem explorada na produção de novos artigos destinados aos especialistas em filosofia da linguagem. Kripke conclui:

Deixem-me então dizer o que é a teoria do feixe (ou seja, a teoria dos nomes baseada no conceito de feixe). É realmente uma boa teoria. O único defeito que julgo que tem é provavelmente comum a todas as teorias filosóficas. Está errada. Poderão suspeitar que estou propondo outra teoria para a substituir; mas espero que não, porque estou certo de que, se é uma teoria, também está errada. A teoria em questão pode ser decomposta numa série de teses, com algumas teses subsidiárias se quisermos ver como é que lida com o problema das afirmações de existência, das afirmações de identidade, e assim por diante (Kripke, 1980, p. 64).

Conforme Kripke assinala, ele não dispõe de uma nova teoria suficientemente capaz de eliminar os erros da concepção descritivista, denominada na citação acima de “teoria do feixe”. Na verdade, a sua posição é muito mais moderada, ela se atém a apresentar uma visão alternativa, e que contemple a temporalidade, de como os objetos adquirem as suas respectivas nomenclaturas e são propagadas pela comunidade de falantes.

³ Alguns autores, como Alexander Miller, assinalam para o fato de que Kripke tomou as duas teorias como se tratassem de uma só teoria, sem focar nas peculiaridades concernentes a cada uma delas, e o próprio Kripke reconhecesse esse fato. Numa nota de rodapé de *Filosofia da linguagem*, Miller (2010, p. 61) escreve: “Kripke fala da concepção ‘Frege-Russell’ de nomes. Como veremos, isso oculta importantes diferenças entre Frege e Russell. Mas a terminologia é compreensível, dado que Russell toma nomes próprios comuns como abreviação de descrições definidas e Frege usa descrições definidas como exemplos dos sentidos dos nomes”. Contudo, o cerne da crítica não toca exatamente nas conclusões, mas nos pressupostos do descritivismo, que se estende a outros autores como Searle (1958). Esses pormenores podem ser consultados no livro de Sofia Miguens (2007, p. 90-117).

3 A LÓGICA MODAL

O núcleo da rejeição de Kripke ao descritivismo foi, sem dúvida, influenciado por suas ideias acerca da modalidade⁴. A novidade inserida por Kripke é a formalização axiomática da semântica dos mundos possíveis aplicada à lógica modal, que funciona com dois operadores – o de necessidade e o de possibilidade (Haack, 2002, p. 235-238).

Com o desenvolvimento da lógica modal, Kripke estabeleceu uma estrutura formal para expressar as possibilidades e a necessidade. Ao considerar mundos possíveis e como os objetos são designados neles, ele abriu caminho para uma nova compreensão da referência e significado dos termos. Em vez de validade lógica, os operadores modais se comportam utilizando noções metafísicas. Em um dos melhores livros de língua portuguesa sobre o assunto – o *Essencialismo naturalizado* de Desidério Murcho – esses operadores modais são definidos da seguinte forma:

Na lógica modal não se usam os conceitos de necessidade física, metafísica ou lógica. Uma fórmula é apenas possível ou necessária, sem mais qualificações. Dada a semântica dos mundos possíveis, se $\diamond p$, então há pelo menos um mundo possível em que p é verdadeira; e se $\Box p$, então p é verdadeira em todos os mundos possíveis (Murcho, 2002, p. 29).

Há várias interpretações acerca da noção de mundos possíveis, desde as mais contraintuitivas, como o realismo de contrapartes de David Lewis⁵. Abstratamente soa de uma maneira bizarra, mas o pano de fundo da ideia é extremamente intuitivo e razoável. De acordo com a perspectiva adotada por Kripke mundos possíveis equivalem a:

“Maneiras como o mundo poderia ser” total, ou estados ou histórias do mundo todo. Pensar na totalidade de todos eles envolve uma idealização muito maior, e muito mais questões paradoxais, do que o menos ambicioso caso análogo da escola básica. Não há dúvida de que o filósofo dos “mundos possíveis” tem de ter cuidado para

⁴ Dada a superficialidade deste trabalho, não vamos percorrer a fundo a formação, as raízes e os desdobramentos da lógica modal. Contudo, uma discussão técnica pode ser vislumbrada no livro de Christopher Hughes (2004) intitulado *Kripke: nomes, identidade e necessidade*, em especial da página 70 até a página 84.

⁵ Em certa altura, Kripke (1980, p. 45) crítica a concepção realista de David Lewis: “Uma vez que o modelo formal de Lewis se segue, muito naturalmente, da sua perspectiva filosófica acerca das contrapartes, e uma vez que a falha da instanciação universal para propriedades modais é intuitivamente bizarra, parece-me que esta falha constitui mais uma razão contra a plausibilidade das suas perspectivas filosóficas” até uma versão atenuada, sem requerer um forte comprometimento ontológico, mas apenas como um exercício de conjectura modal. Mundos possíveis, nesse sentido, não são um planeta distante visível a um telescópio, uma realidade paralela e nem tampouco tem a ver com física quântica. Mundos possíveis não são descobertos, mas são antes, estipulados (Kripke, 1980, p. 44). Assim, consistem em estados de coisas que existem no mundo atual ou que poderiam ter existido frente a condições diferentes.

que o seu aparato técnico não o leve a colocar perguntas cujo caráter significativo não é suportado pelas nossas intuições originais de possibilidade, que deram sentido ao aparato (Kripke, 1980, p. 18).

A rigor, existem três gêneros de objetos preponderantes na metafísica da modalidade: a) objetos cuja existência é necessária; b) objetos cuja existência é possível em alguns casos e c) objetos cuja existência é impossível em todos os casos.

A premissa a) se refere sobretudo ao princípio lógico da identidade, e a sua existência singular implica a identificação transmundial. Isso significa que Sócrates é necessariamente um ser humano em todos os mundos possíveis nos quais Sócrates existe; o item b) diz respeito à possibilidade de existência de certos objetos de extensão vazia que, embora sua existência seja nula em nosso mundo, não acarreta contradição lógica e metafísica caso existissem, de fato, em nosso mundo; os unicórnios não existem em nosso mundo de modo contingente, e não por necessidade. Em determinadas cadeias de sucessão, os unicórnios poderiam ser reais. A premissa c) ilustra um caso típico de inconsistência lógica, tal como se houvesse uma sentença na qual afirma e se nega de forma concomitante. Assim, a semântica dos mundos possíveis assegura a aplicação da sintaxe da lógica modal⁶.

Ocasionalmente ocorre que nem sempre as descrições definidas revelam o verdadeiro estado de coisas. Suponhamos o nome de “Marechal Deodoro da Fonseca”, em seguida, estabelecemos uma descrição definida a Deodoro da Fonseca como “o homem que proclamou a República do Brasil”. Mas vamos imaginar, a título de exercício didático, que os registros históricos foram deturpados e, na verdade, quem proclamou a República brasileira foi Floriano Peixoto. Segue-se que toda vez que alguém se referir ao “homem que proclamou a República brasileira” estará de forma não intencional se referindo a Floriano Peixoto, e não a Deodoro da Fonseca. Ou ainda, “Napoleão Bonaparte” se reporta ao x tal que $F(x)$ equivale ao “imperador francês montado em seu cavalo branco”. Frege e Russell acreditavam que o “imperador do cavalo branco” era um dos sentidos para mencionar corretamente “Napoleão”. E se, porventura, o cavalo não fosse branco. Ainda poderíamos presumir que essa descrição definida se aplica ao nome “Napoleão”⁷? Embora isso pareça *prima facie* um raciocínio implausível, Kripke está mostrando que a semântica “satisfacionista”, na qual deve haver

⁶ A lógica modal busca o retorno à teoria de Leibniz dos mundos possíveis. Ao reabilitar esse projeto, Carnap julgava estar descobrindo enunciados que são verdadeiros, por força da necessidade, em todos os mundos possíveis, isto é, em todos os cenários possíveis. Esse projeto foi levado a cabo por outros grandes filósofos como David Lewis, Hintikka, Ruth Marcus e o próprio Kripke.

⁷ Há diferenças substanciais na filosofia da linguagem de Frege e Russell, sobretudo no que diz respeito aos conjuntos de termos vazios ou ainda, um nome que supostamente não tem descrições. Entretanto, não vamos nos ater a essas discussões, uma vez que o propósito central deste artigo é Kripke.

somente um único objeto no mundo que satisfaça determinado predicado, não está imune a erros incidentais.

3.1 DESIGNADOR RÍGIDO E TEORIA CAUSAL DA REFERÊNCIA

Na tentativa de justificar a rejeição da perspectiva de Frege-Russell, Kripke aponta um grave problema presente nas teorias descritivistas da referência. Ele mostra que todas incorrem no erro de pressupor que aquele que emprega um nome acredita que as propriedades incluídas no nome selecionam um e somente um objeto sem recair em dúvidas a seu respeito. Nesse sentido, um falante que usa o nome “Alexander Fleming” ao ser interrogado sobre o que ele entende pelo sentido e significado desse nome, prontamente responderá: “o homem que descobriu a penicilina”, mas esse é um fato isolado a respeito de Alexander Fleming, como se o emissor dissesse: “o homem que descobriu aquilo que descobriu”. Ou seja, estamos evidentemente diante de um argumento circular. Descrições definidas são designadores não rígidos, uma vez que o seu referente pode se alterar dependendo do contexto.

Nomes próprios, na perspectiva de Kripke, têm de ser designadores rígidos equivalentes à explicação causal do uso apropriado de nomes que remetem propriamente ao objeto em todos os mundos possíveis nos quais ele existe (Kripke, 1980, p. 24). Os nomes próprios vêm carregados com uma expressão linguística anexada que permite a sua identificação. Assim, os designadores rígidos são estabelecidos sob um contexto extensional ou externalista. Em função disso, os nomes próprios partilham do mesmo referente ou da mesma extensão em qualquer mundo possível em que essa coisa exista (Miller, 2010, p. 63). Os designadores rígidos são centrais para a filosofia de Kripke. Eles nos permitem entender como certos termos são rigidamente aplicados aos seus referentes, independentemente de contingências ou sequências específicas. Dessa forma, Kripke reformulou a compreensão do significado de termos e sua referência.

Como Kripke emprega uma semântica modal, as descrições definidas não constituem condição suficiente para assegurar o sentido de um nome. Algumas expressões, como por exemplo, “o monarca do Reino Unido em 2020”, não apresentam significado a ponto de serem sinônimos de “Elizabeth II”. Elas servem, no máximo, para fixar a referência dado o arranjo das coisas naquela época. Kripke sustenta que a ausência de proximidade histórica não constitui condição suficiente para nos referirmos a indivíduos que não fazem parte do nosso cotidiano espaço-temporal. Assim, usamos os nomes de “George Washington” ou

“Aristóteles” sem ter condições de apontar para os próprios referentes em questão. Em qualquer contexto, a extensão que denota “Aristóteles” é um fato necessário, um designador rígido para um certo objeto que se denomina “Aristóteles”. A explicação de Kripke para esses casos é a conhecida teoria causal da referência⁸, desenvolvida a fim de explicar como os termos referenciais adquirem suas referências fixas. Nela, em vez de basearmos um nome nas crenças que temos a seu respeito ou nos seus respectivos atributos, a referência ocorre diretamente reportando às próprias amostras originais. Segundo essa teoria, a referência de um termo é determinada por uma cadeia causal que remonta à primeira introdução do termo na comunidade linguística. Essa teoria é crucial para sustentar a concepção de designadores rígidos e resolver os problemas apontados pelas teorias descritivistas.

Dois mecanismos compõem a teoria causal da referência. São eles: o batismo inicial, no qual o item portador do nome é nomeado por ostensão ou por descrição; e a cadeia causal, em que comunicação conduz a amostra original (Miguens, 2007, p. 117).

A cerimônia do batismo inicial demarca o ato de nomear um objeto e vem acompanhada com a fixação do referente, que é a cláusula que particulariza o nomeado. Em seguida, esse nome é introduzido na comunidade de falantes, e todos os seus membros aprendem a utilizá-lo nas situações propícias. Acerca desse procedimento Kripke se pronuncia:

Um bebê nasce; os pais dão-lhe um nome. Falam dele aos amigos. Outras pessoas conhecem-no. Através de vários gêneros de conversa, o nome espalha-se de elo em elo, como numa cadeia. Um falante que está mesmo no fim desta cadeia e que, por exemplo, ouviu falar de Richard Feynman, no mercado ou outro lugar qualquer, pode estar se referindo a Richard Feynman mesmo que não consiga lembrar-se de quem foi a primeira pessoa que lhe falou de Feynman ou sequer de ninguém que lhe tenha falado de Feynman. Sabe que Feynman é um físico famoso. Há uma certa cadeia comunicativa que chega ao falante e em cuja outra extremidade está o próprio homem. O falante está então a referir-se a Feynman, ainda que não seja capaz de o identificar de modo único. Ele não sabe o que é um diagrama de Feynman, não sabe o que é a teoria da produção e aniquilação de pares de Feynman. Mais do que isso: teria dificuldade em distinguir Feynman de Gell-Mann (Kripke, 1980, p. 91).

Para Kripke é irrelevante aferir qual é o conjunto de características ostensivas selecionado para fixar a referência. O que está em jogo aqui não é o significado, mas o objeto nomeado. De acordo com Kripke, isso ocorre porque tanto o homem destituído de treinamento científico quanto o físico que compreende profundamente os diagramas de Feynman pertencem à mesma comunidade de falantes. Outro ponto é que essa teoria esclarece

⁸ Outra versão da teoria causal da referência pode ser encontrada em Putnam (1975).

que muitas pessoas conseguem usar um nome apesar de poucas informações sobre seu sentido, sem a exigência de enumerar cada uma das descrições anexadas ao nome. Assim, a teoria causal da referência considera a linguagem como uma prática social, na qual o aprendizado da linguagem acontece no seio comunitário.

No Brasil, “Júlio César” é um nome muito comum e serve para designar uma porção de pessoas. Como é possível distingui-lo frente a “Júlio César”, o imperador romano que viveu no século I a.C. e cuja informação do falante ao seu respeito se restringe a essa descrição? Kripke alega que os designadores rígidos são portadores de um “nome de batismo”. Eles se definem por se reportarem a uma cadeia causal de sucessão histórica. Nesse sentido, os habitantes do Ocidente, em virtude de suas origens, conseguem distinguir nitidamente os homônimos como o Júlio César imperador, do Júlio César que reside na casa ao lado que, embora sejam foneticamente idênticos, se vinculam a objetos diferentes⁹.

Os nomes próprios carregam uma história causal a respeito de suas origens, que repousa geralmente na ostensão, como no caso em que definimos de maneira ostensiva que “este rio se chama Amazonas”; ou na descrição, como “o planeta que perturbou a trajetória da órbita de Urano” fixou a referência de “Netuno”. No entanto, casos desse segundo gênero, em que o batismo é realizado e a descrição precede a referência são atípicos, como também ocorre com o “homem que cometeu tais e tais homicídios” para fixar a referência de “Jack, o Estripador”.

O batismo inicial apresenta múltiplos procedimentos, podendo reportar à seleção de diversas propriedades, sejam necessárias, sejam atributos contingentes ou fenomênicos. De acordo com Kripke, após estabelecer a referência de um termo, emerge uma cadeia que o transmite de elo em elo ao longo da comunidade linguística.

Outros autores, como Kuhn e Putnam¹⁰, endossaram posições similares, em versões da teoria causal da referência. Uma vantagem dessa teoria repousa justamente no fato de que ela permite compreender o processo histórico pelo qual somos capazes de manejar um nome próprio, tal como Alexandre, o grande – sem o contato prévio, pois o único meio pelo qual temos acesso às façanhas de Alexandre foi fornecido pelo testemunho dos livros. Outro ponto relevante salientado por Kripke concerne à substituição de linguagens intensionais, cujo

⁹ Susan Haack (2002, p. 95-96) comenta: “Kripke está ciente de que ‘causalmente ligado de uma forma apropriada’ permanece ainda necessitando bastante de detalhamento. Uma vez que ele não fornece nenhuma explicação adicional, ainda não está garantido que a explicação causal não vá se revelar ou trivial ou falsa”.

¹⁰ Ao que parece, a noção de estereótipo da filosofia da linguagem de Hilary Putnam desempenha uma função bastante próxima ao batismo inicial de Saul Kripke.

enfoque situa-se no significado do nome; pela adesão a linguagens extensionais, na qual o que está em jogo não são as diversas maneiras de designar um objeto, mas o próprio referente e portador daquele conjunto de propriedades, ou seja, o próprio designador rígido. Kripke diz:

Habitualmente, quando um nome próprio é transmitido de elo em elo, a maneira como a referência do nome é fixada tem para nós pouca importância. Não interessa nada que diferentes falantes possam fixar a referência do nome de maneiras diferentes, desde que lhe atribuam o mesmo referente (Kripke, 1980, p. 239).

É plenamente possível para um químico afirmar que o ouro é o elemento da tabela periódica cujo número atômico é igual a 10. No entanto, é manifestamente sabido, mediante investigações empíricas, que o ouro corresponde ao elemento cujo número atômico na tabela periódica é 79. Isso sugere então que o ouro poderia deixar de possuir um número atômico para adquirir um novo número atômico? Não. Significa somente que tais crenças a respeito do número atômico da substância ouro estavam equivocadas. Esse problema não é uma questão de caráter exclusivamente semântico, ele constitui, no entanto, uma questão que pertence ao âmbito epistemológico e metafísico, conforme veremos adiante. Em outras palavras, reporta ao fato de que a crença dos químicos sobre as propriedades atômicas de um determinado elemento químico estava errada, não o elemento em si mesmo, que permanecerá sendo o que é, independentemente do sistema de crenças dos seus pesquisadores. Portanto, o reconhecimento do termo “ouro” não ocorre por meio do reconhecimento terminológico da palavra ou de suas respectivas propriedades fenomênicas adjacentes, como ser amarelo, reluzente e maleável. A identificação do que o ouro é essencialmente requer o estabelecimento do seu número atômico e de suas propriedades essenciais.

4 EPISTEMOLOGIA E FILOSOFIA DA CIÊNCIA

Quine (1989, p. 231-232), em seu célebre artigo *Os dois dogmas do empirismo*, se pronuncia:

Os termos “9” e “o número dos planetas” nomeiam uma e mesma entidade abstrata, mas é de presumir que devam ser considerados dessemelhantes em significado, pois a observação astronômica, e não a mera reflexão sobre significados, foi necessária para determinar que a entidade em questão é a mesma.

As duas proposições acima são verdadeiras. Entretanto, a força de sua função de verdade e a justificativa são inteiramente diferentes. Naquela época, o algarismo 9 coincidia

com a quantidade de planetas do sistema solar. No entanto, essa relação é meramente contingente, visto que 9 não é, por necessidade lógica ou necessidade metafísica, o número exato de planetas. Não é à toa que se Quine estivesse escrito o artigo hoje teria empregado o número 8, em vez do número 9, uma vez que Plutão deixou de ser classificado como um planeta.

Embora haja pouco consenso na atividade filosófica, a distinção analítico-sintética que remonta a Hume e Kant foi disseminada e consolidada usualmente no meio dos filósofos, de modo que poucos, sendo uma das exceções Quine, a contestam.

Em sua obra *Crítica da razão pura*, Immanuel Kant (1999) delinea uma classificação dual de juízos, distinguindo entre juízos *a priori* e juízos *a posteriori*. A primeira categoria se refere a proposições em que o predicado está intrinsecamente contido no sujeito, o que implica que a sua veracidade pode ser estabelecida independentemente da experiência empírica. Desse modo, as verdades *a priori*, por definição, são incontestavelmente necessárias. Exemplifica-se esse tipo de verdade nas esferas da lógica, matemática e conceitual, em que a relação entre sujeito e predicado é uma decorrência lógica. A título de ilustração, algumas proposições clássicas podem ser identificadas como verdades analíticas, caracterizando-se como expressões de significado intrínseco ou de inferência lógica. Importante destacar que, nos juízos *a priori*, a validade não depende de respaldo em evidências empíricas, uma vez que são conformadas exclusivamente pelo exercício do pensamento. Vejamos alguns exemplos:

(a) Todos os solteiros são não casados.

(b) $2+2=4$.

Ora, é inconcebível presumir que em outra circunstância essas frases teriam sido de outra maneira. A analiticidade *prima facie* exprime necessidade. Mas só a princípio, conforme veremos adiante (Miller, 2010, p. 62).

Em contraste, a segunda espécie concerne a verdades *a posteriori*¹¹ e empíricas, e conforme a própria definição provida por Hume e Kant, suas propriedades são contingentes (Hume, 1999, p. 43-60). Assim, considerando a afirmação "A Alemanha foi derrotada na Segunda Guerra Mundial", é concebível que as forças armadas alemãs pudessem ter alcançado a vitória. No entanto, essa não é a situação que ocorreu no presente. Além disso, no que diz respeito à proposição "água é H₂O", trata-se de uma verdade que requer exclusivamente a validação por meio da experiência. Nesse contexto, uma vez que as

¹¹ Hume (1999) as denomina de "questões de fato".

verdades derivadas da experiência são inerentemente contingentes, pode-se inferir que as propriedades das moléculas químicas da água são igualmente de natureza puramente contingente.

Embora essa divisão entre enunciados *a priori* e necessário, e *a posteriori* e contingente tenha sido acatada por muitos filósofos, Kripke considera que ela resulta da confusão que envolve uma noção epistêmica e uma modalidade metafísica. Ao identificar essa confusão, Kripke colocou em dúvida a validade da associação

Em primeiro lugar, *a priori* e *a posteriori* são conceitos que norteiam o âmbito epistêmico, ou seja, são formas do conhecimento, em que o primeiro é uma trivialidade lógica ou um atributo conceitual, enquanto o segundo conceito depende do crivo da experiência. Em segundo lugar, necessário e contingente são do vocabulário que pertencem ao domínio da metafísica. Com efeito, Kripke defende explicitamente que enunciados necessários *a posteriori* não implicam contradição.

Devido à atribuição de nomes próprios como designadores rígidos, infere-se que a afirmativa de que Héspero é Fósforo transcende uma mera identidade contingente. Contudo, é importante destacar que essa conclusão não é acessível *a priori*, como observado por Kripke (1980, p. 102-103). No contexto em que Héspero e Fósforo denotam o mesmo objeto, emerge a necessidade de considerar a identidade entre Fósforo e Héspero como intrinsecamente necessária em todas as situações possíveis. Essa proposição encontra respaldo no princípio da indiscernibilidade dos idênticos de Leibniz, que postula que se $a = b$, então todos os atributos de a devem ser igualmente atribuídos a b . Em outras palavras, se é verdade que a é necessariamente verdadeiro, então o mesmo se aplica a b (Hughes, 2006, p. 84-87).

O conhecimento envolve a relação de dois componentes indissociáveis, a saber, o agente cognitivo e a proposição que é conhecida por ele (Kripke, 1980, p. 158-160; Murcho, 2002, p. 21). Kripke enuncia a confusão que envolve, de um lado, possibilidade e necessidade metafísica e, do outro, enunciado empírico e apriorístico da seguinte maneira:

Direi que alguns filósofos de certo modo alteram a modalidade presente nesta caracterização de pode para tem de. Pensam que se uma coisa pertence ao domínio do conhecimento a priori, então não seria possível conhecê-la empiricamente. Isto é simplesmente um erro. Uma coisa pode pertencer ao domínio das afirmações que podem ser conhecidas a priori e, ainda assim, ser conhecida por pessoas particulares com base na experiência (Kripke, 1980, p. 35).

Kripke, em sua análise crítica, aponta para uma lacuna na compreensão de Kant em relação aos conceitos de *a priori*, analítico e verdades necessárias. Segundo o filósofo contemporâneo, Kant não teria discernido de maneira precisa as distinções entre esses termos fundamentais. O conceito de *a priori*, conforme utilizado por Kripke, está intrinsecamente ligado à epistemologia, abordando a capacidade humana de adquirir conhecimento independentemente da experiência sensorial. A habilidade de conhecer algo sem depender exclusivamente do crivo empírico é central para a compreensão do *a priori*, conceito que, segundo Kripke, não foi devidamente apreendido por Kant. Essa perspectiva crítica de Kripke sugere uma reavaliação da abordagem kantiana em relação a esses conceitos filosóficos, instigando uma reflexão sobre as nuances que permeiam a relação entre *a priori*, analítico e verdades necessárias no âmbito do pensamento kantiano. Ele comenta:

Perguntamos se uma coisa poderia ter sido verdadeira ou se poderia ter sido falsa. Bem, se uma coisa é falsa, é óbvio que não é necessariamente verdadeira. Se é verdadeira, poderia ter sido de outra maneira? É possível que, a este respeito, o mundo tivesse sido diferente do que é? Se a resposta for não, então este fato acerca do mundo é um fato necessário. Se a resposta for sim, então este fato acerca do mundo é contingente. Em si e por si mesmo, isto nada tem a ver com o conhecimento que alguém tenha de alguma coisa. É com certeza uma tese filosófica, e não uma questão de equivalência definitiva óbvia, que tudo o que é *a priori* seja necessário ou que tudo o que é necessário seja *a priori* (Kripke, 1980, p. 36).

Kripke sustenta que o modo pelo qual sabemos de antemão que algo possui uma determinada propriedade, como sabe-se que todos os corpos contêm extensão, é uma tese epistemológica e repousa no modo pelo qual elaboramos juízos a respeito desse objeto. A noção de necessidade, por seu turno, concerne àquilo que em todos os estados de mundos possíveis são inevitavelmente verdadeiras ou ocorrem em qualquer mundo possível. Portanto, *a priori* e necessidade são conceitos que pertencem a domínios distintos, respectivamente, epistemológico e metafísico. Ora, diante disso, Kripke mostra que não há motivos razoáveis para que se mantenha essa combinação de verdades *a priori* como equivalentes às verdades necessárias. Desse erro resulta de dois fatores preponderantes.

Em primeiro lugar, nossa expectativa nos impele a acreditar que se uma proposição é necessariamente verdadeira no mundo em ato e em todos os mundos possíveis, ela deverá ser, conseqüentemente, *a priori*. Em segundo lugar, como os fatos e proposições *a priori* não carecem de observação empírica, tem-se a tendência de crer que esse gênero de verdades o é por necessidade metafísica (Kripke, 1980, p. 38).

O ponto central do argumento de Kripke situa-se na sua defesa da existência de verdades necessárias *a posteriori* e verdades contingentes *a priori*. Essa tese foi desenvolvida sobretudo por Hume (1999), segundo o qual nossas proposições empíricas e *a posteriori* são, em todos os casos, contingentes. Por outro lado, ele afirma que as verdades analíticas e *a priori*, presentes no âmbito da matemática e da lógica dedutiva, são, em qualquer caso concebível, verdades necessárias. Kripke defende que algumas verdades descobertas empiricamente podem ser consideradas verdades necessárias. Ele propõe que certas identidades são verdadeiras em todas as possíveis situações, mesmo que descobertas por meio da experiência. Um exemplo clássico é a identidade da água como H₂O. Mesmo que tenhamos aprendido essa verdade empiricamente, ela é considerada necessária porque é verdadeira em todos os mundos possíveis onde a água exista¹².

A conclusão de Kripke é que não existem proposições *a priori* ou *a posteriori*, mas na verdade a enunciação correta é falar em conhecimento *a priori* ou *a posteriori*. A existência de verdades necessárias unicamente conhecidas *a posteriori* é uma condição necessária do essencialismo. O necessário *a posteriori* é uma alternativa mais adequada para a metafísica do que o sintético *a priori* de Kant. O sintético *a priori* é uma tese meramente linguística, enquanto o necessário *a posteriori* diz respeito à natureza do mundo exterior.

O ponto em que Kripke rompe com a concepção tradicional se refere ao fato de que ele defende que existem fatos necessários *a posteriori*, tais como H₂O é necessariamente água. Um exemplo famoso capaz de explicar essa teoria foi proposto por Putnam:

Suponha agora que eu descubra a microestrutura da água – que água é H₂O. Nesse momento, estarei apto a dizer que as coisas em Terra Gêmea que anteriormente confundi com água não são realmente água. Do mesmo modo, se você descreve não outro planeta no universo atual, mas no universo possível onde existem coisas com a fórmula química XYZ que passam pelo ‘teste operacional’ de água, teremos de dizer que essas coisas não são água, mas meramente XYZ. Você não terá descrito um mundo possível onde “água é XYZ”, mas tão somente um mundo possível onde há lagos de XYZ, as pessoas bebem XYZ (e não água), ou o que seja. De fato, uma vez que descobrimos a natureza da água, nada conta como um mundo possível se água não tiver essa natureza (Putnam, 1975, p. 233).

¹² Desidério Murcho (2002, p. 23) esclarece: “O modo mais justo de entender a distinção tradicional entre o *a priori* e o *a posteriori* é o seguinte: há uma classe de proposições que não são conhecíveis *a priori* (pelos seres humanos). Por uma liberdade de linguagem podemos dizer que essas são proposições *a posteriori*. Mas é preciso ficar claro que se usarmos essa terminologia, somos forçados a dizer algo que parece uma contradição: que uma proposição *a priori* pode ser *a posteriori*. Espero que seja claro que não se trata de uma contradição, mas de um fato banal: quer apenas dizer que uma proposição da aritmética, por exemplo, pode ser conhecida pelo pensamento puro; mas também pode ser concebida por testemunho, casos em que é conhecida *a posteriori*.”

A implicação imediata dessa proposição reside na existência de propriedades no universo atual que são necessárias e, portanto, não poderiam ter assumido formas alternativas. Um ponto adicional de indagação que suscita a atenção de Kripke é a problemática da identidade. Ao afirmarmos que Héspero é Fósforo, que Túlio é Cícero, ou que o indivíduo responsável pela invenção das lentes bifocais é simultaneamente o pioneiro na direção dos Correios nos Estados Unidos, surge um enigma concernente à identidade. Detalhes específicos sobre a abordagem desse problema serão examinados na seção subsequente.

5 ESSENCIALISMO METAFÍSICO

Kripke distingue entre duas questões filosóficas fundamentais: a metafísica e a epistemologia. A metafísica lida com questões sobre a natureza da realidade e as propriedades fundamentais do mundo. A epistemologia, por outro lado, trata das questões de conhecimento, crença e justificação.

Kripke separa essas duas áreas ao afirmar que uma verdade necessária é uma questão metafísica, independentemente de como a descobrimos ou justificamos. A identidade da água como H₂O é verdadeira em todos os mundos possíveis, independentemente de como chegamos a conhecê-la. Assim, Kripke rejeita a visão tradicional que associa verdades necessárias com verdades analíticas *a priori*.

A base do essencialismo remonta a Aristóteles, com a sua divisão metafísica entre aquilo que é necessário e aquilo que é acidental ou contingente. Essa dicotomia foi responsável por estabelecer uma separação entre o reino ontológico da necessidade, sobretudo por meio da categoria unificadora, rotulada por ele de substância; e do reino da contingência, aquilo que Aristóteles denomina de acidente. Sobre isso, Quine diz:

A noção aristotélica de essência foi, sem dúvida, a precursora da moderna noção de intensão ou de significado. Para Aristóteles era essencial ao homem ser racional, acidental possuir duas pernas. Mas há uma diferença importante entre esta atitude e a doutrina do significado. Deste último ponto de vista, é possível de fato conceder-se (mesmo que seja apenas para fim de discussão) que no significado das palavras “homem” esteja contida a racionalidade, não, porém o possuir duas pernas. Mas, ao mesmo tempo, o possuir duas pernas pode ser considerado como contido no significado de “bípede”, enquanto a racionalidade não. Desse modo, do ponto de vista da doutrina do significado, não faz sentido dizer, do indivíduo real, que é, ao mesmo tempo, homem e bípede, que sua racionalidade é essencial e o seu possuir duas pernas é acidental, ou vice-versa (Quine, 1989, p. 232).

Kripke evoca a interrogação acerca da necessidade ou contingência aplicada aos objetos particulares. O que está em jogo é o seguinte: Objetos particulares têm propriedades necessárias e não triviais? É revolucionária em Kripke a crença segundo a qual os particulares são dotados de propriedades não triviais, ou seja, propriedades essenciais. Uma grande vantagem do essencialismo endossado por Kripke repousa no seu apreço pela ciência. Ele diz:

Encontra-se até sugerido na literatura que, apesar de poder haver alguma espécie de intuição por detrás da noção de necessidade (pensamos efetivamente que algumas coisas poderiam ser de outro modo, enquanto outras não), esta noção [de uma distinção entre propriedades necessárias e contingentes] não é mais do que uma doutrina inventada por algum mau filósofo, que não percebeu que há diversas maneiras de referir a mesma coisa. Não sei se alguns filósofos não perceberam isto; mas, de qualquer modo, está muito longe de ser verdade que esta ideia [de que tem sentido considerar que uma propriedade é essencial ou acidental a um objeto independentemente da sua descrição] seja uma noção sem conteúdo intuitivo, sem significado para o homem comum (Kripke, 1980, p. 41).

Nessa altura é importante ressaltar que para o essencialismo fazer sentido é preciso pressupor uma distinção entre modalidade de *dicto* e modalidade de *re*¹³. O essencialismo, enquanto perspectiva filosófica, fundamenta-se na concepção de que certas propriedades são inerentes e essenciais a uma entidade, transcendendo variações contextuais ou possíveis estados de coisas. A modalidade de *dicto* refere-se à expressão de modalidades em relação às afirmações linguísticas, envolvendo o conteúdo proposicional das declarações. Por outro lado, a modalidade de *re* está associada à modalidade das próprias entidades ou objetos, independentemente de sua descrição linguística. Assim, a distinção entre essas duas modalidades é crucial para a compreensão adequada do essencialismo, uma vez que delineia a relação entre as propriedades essenciais das entidades e a forma como essas propriedades são expressas e interpretadas linguisticamente.

A tese da identidade como equivalente à noção metafísica de necessidade é um dos pilares da filosofia de Kripke, que retomou o princípio da indiscernibilidade dos idênticos de Leibniz. Ao proferir a palestra em 1970, Nixon era o atual presidente dos EUA. Todavia, em um estado de coisas diferentes, sucederia que Humphrey poderia ter sido o presidente dos EUA. Ser presidente dos EUA é, portanto, uma propriedade contingente acerca de Nixon. Entretanto, Nixon sendo portador da mesma ancestralidade e DNA (Nixon = Nixon) é um fato

¹³ Alguns filósofos, dentre os quais Quine, manifestaram repúdio às tendências essencialistas. De acordo com este, a distinção metafísica entre propriedades essenciais e propriedades contingentes não se refere aos objetos particulares, mas antes é fruto das propriedades de um particular em relação a um agrupamento de descrições (Quine, 1960, p. 199; Ahmed, 2007, p. 42).

necessário em todos os mundos possíveis. A identidade não concerne a uma relação entre nomes; na verdade, identidade diz respeito à relação de identidade entre a mesma extensão ou objeto.

Concluimos que uma afirmação de identidade entre nomes, quando é verdadeira, é necessariamente verdadeira, ainda que possamos não a conhecer a priori. Suponhamos que identificamos Héspero como uma certa estrela observada à tarde e Fósforo como uma certa estrela, ou um certo corpo celeste, observado de manhã; então, pode haver mundos possíveis nos quais teriam sido observados dois planetas diferentes exatamente nessas posições à tarde e de manhã (Kripke, 1980, p. 108-109).

Kripke observa que ao referir-se a Richard Nixon como o vencedor das eleições de 1968 nos EUA, essa designação é claramente contingente. É evidente que, em uma situação hipotética alternativa, Nixon poderia ter sido o candidato derrotado. No entanto, ao descrever Nixon como o vencedor, há a implicação de que ele, necessariamente, teria triunfado. No entanto, questionar se Nixon poderia não ter sido um ser humano ou se Sócrates poderia ter sido um chinelo de quarto não faz sentido dentro desse contexto de designações e identidades¹⁴.

O essencialismo naturalizado de Kripke representa uma abordagem que busca reconciliar o essencialismo tradicional com a visão naturalista da filosofia contemporânea. Enquanto o essencialismo clássico postula a existência de propriedades essenciais que são intrínsecas e necessárias para a identidade de um objeto, o essencialismo naturalizado, conforme proposto por Kripke, procura integrar essas concepções essenciais dentro de um quadro compatível com a perspectiva naturalista, que enfatiza explicações científicas e empiricamente fundamentadas.

Kripke argumenta que as propriedades essenciais não precisam ser entendidas como fixas *a priori*, mas podem ser identificadas e justificadas por meio de investigações científicas. Nesse sentido, o essencialismo naturalizado busca ancorar as propriedades essenciais em fundamentos científicos, como estruturas biológicas, características genéticas ou outros elementos observáveis e verificáveis. Ele complementa:

Como é que uma pessoa originada por pais diferentes, a partir de um espermatozoide e de um óvulo completamente diferentes, poderia ser esta mesma mulher? Podemos imaginar, dada a mulher, que várias coisas na sua vida poderiam ter mudado: **ele** poderia ter-se tornado pobre; o seu sangue real poderia ter permanecido desconhecido, e assim por diante. Digamos que há uma história prévia do mundo

¹⁴ Esse exemplo foi fornecido por Desidério Murcho (2002, p. 28).

que nos é dada até um certo momento e que, daí em diante, ela diverge consideravelmente do seu curso efetivo (Kripke, 1980, p. 113).

Essa abordagem permite a coexistência do essencialismo com uma visão mais naturalista do mundo, reconhecendo que as propriedades essenciais podem ser descobertas e compreendidas por meio de métodos empíricos, sem necessariamente comprometer a ideia de que essas propriedades desempenham um papel fundamental na identidade dos objetos.

Uma mesa ou uma cadeira são compostas de moléculas. As moléculas ou os átomos são detectados e determinados mediante a experiência empírica. Uma tradição filosófica que remonta à Hume e Kant afirma que os enunciados sintéticos, isto é, aqueles cuja validade e descoberta requerem recursos experimentais são contingentes. Kripke, ao contrário dessa tradição filosófica, propõe que se leve em consideração não somente a necessidade lógica e analítica, decorrentes da linguagem, mas que a noção de necessidade seja estendida até necessidades físicas, tais como “a mesa é composta por átomos”. Disso segue-se que esse fato é necessário em decorrência da necessidade física. Nesse sentido, Nixon poderia não ter sido presidente ou nem sequer ser chamado Nixon. Entretanto, Nixon não poderia deixar de ser *ele*, isto é, o objeto portador de certas propriedades que o constituem de modo necessário.

Filósofos antiessencialistas como Hume, Carnap e Quine presumem que as proposições analíticas são necessariamente verdadeiras devido ao convencionalismo linguístico, isso constitui uma modalidade de *dicto*. Kripke, por seu turno, não reduz a necessidade ontológica a uma convenção puramente semântica. De acordo com ele, existem verdades necessárias independentemente da sintaxe da linguagem. Portanto, a primeira tese leva a crer que em um mundo possível, Sócrates poderia não ter sido calvo, grego, professor de Platão ou um ser humano; enquanto o essencialismo considera que é contingente o fato de Sócrates possuir as propriedades de ser calvo, grego, professor de Platão. Mas o fato de ser um ser humano constitui um caractere dotado de necessidade metafísica acerca de Sócrates (Murcho, 2002, p. 39-45).

Por isso, se esta consideração for correta, ela vai no sentido de mostrar que asserções destas que representam descobertas científicas sobre o que este material é, não são verdades contingentes, mas sim verdades necessárias no sentido mais estrito possível. Não estou apenas dizendo que é uma lei científica, sendo por isso óbvio que podemos imaginar um mundo no qual essa lei não vigora. Qualquer mundo em que imaginemos uma substância sem estas propriedades será um mundo em que imaginamos uma substância que não é ouro, se é verdade que estas propriedades formam a base do que a substância é. Em particular, então, a ciência atual nos diz que faz parte da natureza do ouro tal como o conhecemos ser um elemento com o número atômico 79. Será, portanto, necessário, e não contingente, que o ouro seja

um elemento com o número atômico 79. E então também podemos, da mesma maneira, investigar como é que a cor e as propriedades metálicas se seguem do que descobrimos que a substância ouro é: na medida em que tais propriedades se sigam da estrutura atômica do ouro, elas serão propriedades necessárias dele, mesmo que seja inquestionável que não fazem parte do significado de ouro e não foram conhecidas com certeza a priori (Kripke, 1980, p. 125).

A ideia central é que as características fundamentais de uma substância, aquelas que constituem sua identidade, são parte integrante de sua natureza e não dependem de circunstâncias contingentes. Por exemplo, o número atômico 79 é essencial para a natureza do ouro, e qualquer mundo imaginado onde o ouro não tem esse número atômico não está realmente concebendo ouro. A abordagem de Kripke desafia a visão tradicional de que as afirmações científicas são contingentes e poderiam ter sido diferentes em outros mundos possíveis¹⁵. Ele argumenta que certas propriedades essenciais de substâncias, como o número atômico do ouro, são necessárias e não contingentes. Assim, a confusão entre questões metafísicas e epistêmicas engendra uma série de respostas inadequadas. Supomos que uma mesa seja produzida de madeira. Ora, ao falarmos dessa mesa, especificamente, estamos nos comprometendo com os átomos, moléculas e propriedades que a compõem, de modo que essa mesa de madeira, em particular, não poderia ter sido uma mesa de gelo. Ao postular situações de contrapartes, nas quais a mesa é de gelo, estamos nos referindo a uma outra mesa revestida de gelo. Essa postulação é uma questão epistêmica, e não metafísica. As propriedades essenciais da madeira que compõe a mesa poderiam ter servido para se construir, por assim dizer, uma cadeira. Mas obviamente, ela não deixaria de ser madeira¹⁶.

CONCLUSÃO

Embora Kripke não tenha formulado um sistema, as suas ideias estão reciprocamente conectadas, a saber, a sua semântica de lógica modal e a sua tese na filosofia da linguagem,

¹⁵ Murcho (2002, p. 74) explica a vantagem do essencialismo naturalizado nos seguintes termos: “Muitas vezes não sabemos qual é a natureza última dos particulares. Um dos pontos mais fortes do essencialismo naturalizado é o fato de não se tratar de uma teoria apriorística. É uma teoria que explica como as nossas intuições apriorísticas são refinadas e modificadas pelo nosso melhor conhecimento empírico. Como princípio metafísico geral, sabemos *a priori* que os particulares têm propriedades essenciais e acidentais. A questão de saber, em cada caso particular, se uma dada propriedade é essencial ou acidental, depende do nosso melhor conhecimento empírico do mundo. Quando descobrimos a propriedade intrínseca de algo – como o código genético dos seres humanos, a composição química da água ou a estrutura física dos átomos de hidrogênio – somos levados a pensar que se trata de uma propriedade essencial. Podemos estar enganados, e vir a descobrir que o que parecia uma propriedade essencial não o era. Mas isso não contraria a teoria essencialista”.

¹⁶ Kripke fornece como exemplos de verdades *a priori* contingentes: barra de ferro do metrô-patrão e a descoberta do planeta Netuno. Exemplos de verdade *a posteriori* necessária: Héspero é fósforo, Túlio é Cícero etc.

segundo a qual, os nomes próprios e as descrições definidas são, na verdade, designadores rígidos; e o seu essencialismo metafísico, que incide sobre a epistemologia e a filosofia da ciência. A lógica modal e a metafísica essencialista forneceram o fundamento pelo qual ele conduziu suas teorias. Assim, é possível dizer que as ideias de Kripke representam um desdobramento desse fundamento.

Nesses 50 anos que se passaram desde as três palestras de Princeton, que culminaram na transcrição de *Naming and necessity*, a riqueza das ideias expostas permanece inestimável. Nos seus mais de 80 anos de vida, Saul Kripke se manteve como um dos filósofos de maior envergadura. Para entender a sua importância é preciso ler atentamente cada trecho de *Naming and necessity*. Seu pensamento desafia os fundamentos alcançados da filosofia da linguagem, oferecendo novas perspectivas e soluções para problemas antigos. Suas críticas às teorias descritivistas e introdução à lógica modal abriram novos caminhos para uma filosofia contemporânea, ampliando nosso entendimento da referência, da necessidade e do conhecimento *a priori*. Sua obra continua a ser objeto de análises e debates, inspirando futuras gerações de filósofos a explorar as complexidades da linguagem e da metafísica. A introdução da metafísica modal de Kripke abre novas possibilidades para a epistemologia e a metafísica. Ao estabelecer a distinção entre necessidade e contingência e entre *a priori* e *a posteriori*, Kripke desafia as concepções tradicionais apresentadas por Hume e Kant, propondo uma visão que amplia nossa compreensão do mundo e das verdades necessárias.

REFERÊNCIAS

AHMED, Arif. **Saul Kripke**. London: Bloomsbury Academic, 2007.

FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. In: FREGE, Gottlob. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

HAACK, Susan. **Filosofia das lógicas**. São Paulo: UNESP, 2002.

HUGHES, Christopher. **Kripke: names, necessity, and identity**. New York: Oxford University Press, 2009.

HUME, David. **Uma investigação sobre o entendimento humano**. São Paulo: UNESP, 1999.

KANT. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

KRIPKE, Saul A. **Naming and necessity: lectures given to the Princeton University Philosophy Colloquium**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980.

MILLER, Alexander. **Filosofia da linguagem**. São Paulo: Paulus, 2010.

MURCHO, Desidério. **Essencialismo naturalizado**. Coimbra: Angelus Novus, 2002.

PUTNAM, Hilary. The meaning of 'meaning'. *In*: PUTNAM, Hilary. **Mind, language and reality**. Cambridge University Press, 1975.

QUINE, W. Os dois dogmas do empirismo. São Paulo: Nova Cultural, 1989. (Os Pensadores).

RUSSELL, Bertrand. On denoting. **Mind, New Series**, v. 14, n. 56, p. 479-493, 1905.

SCHWARTZ, Stephen. **Uma breve história da filosofia analítica: de Russell a Rawls**. São Paulo: Loyola, 2017.

SEARLE, John R. Proper names. **Mind** 67, (266), p. 166-173, 1958.